



Prefeitura Municipal de Petrópolis Conselho Municipal de Cultura



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – NOVEMBRO 2012

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e doze, às quinze horas e trinta minutos, no Cine Humberto Mauro do Centro de Cultura Raul de Leoni, situado em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, sob a presidência de Leonardo Randolpho, representante do segmento de canto coral; presentes os conselheiros Pedro Troyack, Leonardo Cerqueira, Marília Mills, Debora Lattouf e Maria Luísa Rocha Melo, representantes da Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis; conselheiro Sergio Benicio Whatley Dias, representante da Secretaria de Planejamento e Urbanismo; conselheiro Roberto Carlos Schiffler, representante da Coordenadoria da Juventude; conselheira Neiva Maria de Abreu Voigt, representante do segmento de dança; conselheira Sandra Vissotto Santos, representante do segmento de artes plásticas; Geilson Cruz, suplente do segmento de canto coral; conselheira Bárbara Dias Skaba e sua suplente Bárbara Primo, representantes dos museus; conselheiro Ivo Mendes da Silva, representante das escolas de samba e blocos carnavalescos; conselheira Elaine Cristina Guimarães de Oliveira, representante da pesquisa histórica e memória, e conselheira Gabriela Falconi e seu suplente Gabriel Weinem, representantes do Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Idosa, reuniu-se o Conselho Municipal de Cultura. Presente também estava Aline Castella, do Cineclubes Cinema 360°.

Leonardo Randolpho iniciou a assembleia informando sobre os cortes dos projetos culturais feitos este mês pelo governo municipal, que alegou falta de recursos. Lamentou que o Conselho não tivesse sido informado oficialmente pela Prefeitura de que haveria tais cortes, mas que, assim que chegou ao seu conhecimento, convocou esta assembléia extraordinária, com o intuito de estudar uma solução, dada a importância do assunto. Considera que o Conselho, frente a esta situação, não poderia ficar de braços cruzados e se omitir. Seria uma incongruência do Conselho, que é deliberativo, visto que é atribuição desta entidade o assessoramento à elaboração e execução da política cultural pública municipal, garantindo sua continuidade e ampliação. Portanto, a pauta da presente reunião é exatamente o encaminhamento, para votação, da proposta da destinação de recursos do Funcultura, que possui este valor financeiro em sua conta, para custear tais projetos, garantindo sua continuidade até o final do ano. Informou que fez o levantamento deste montante, cujo valor ficou em quarenta e dois mil reais, somando todos os dezessete projetos culturais que foram cortados. Ressaltou que estes projetos atendem a centenas de pessoas e que esta ação do Conselho vem beneficiar os artistas e o povo petropolitano. São projetos estruturantes e que ficaram paralizados por dificuldades financeiras do poder público municipal, e que, portanto, passa a ser este, no seu entender, um problema cultural da cidade. Considera que o Conselho deve estar atento a esta situação, contribuindo e cobrando para que as diretrizes adotadas pelo Governo sejam cumpridas. Como presidente do Conselho, gostaria de ajudar e resolver tal situação, por isso precisa ouvir dos outros conselheiros suas opiniões sobre o assunto.

Sergio Benicio perguntou qual o percentual dos projetos cortados, ao que foi respondido pelo Leonardo Randolpho que foram cem por cento deles.

Ivo Mendes se manifestou a favor desta proposta, visto que se sentiu prejudicado, no início deste governo, com o corte feito por este ao seu projeto da Escola de Samba Mirim, e que, portanto, se coloca no lugar daqueles que foram atingidos por este corte.

Sandra Vissotto informou que em última reunião realizada pela Comissão de Orçamento e Finanças, no dia vinte e dois deste mês, ela sugeriu, como utilização do saldo financeiro do Fundo, a elaboração de uma espécie de “Viradão Cultural”, a exemplo do que aconteceu no Rio de Janeiro e em outros lugares, com shows, performances e culminâncias de todos os segmentos artísticos e culturais interessados em participar, acontecendo em um ou dois dias, ininterrupta e

simultaneamente, em local aberto da cidade. Seria esta uma contrapartida de final de ano, cujo modelo deverá ser estudado posteriormente.

Leonardo Randolph enfatizou que os projetos já anteriormente priorizados pelo Conselho continuarão sendo focados; apenas a ocasião é que exige um amadurecimento maior por parte do CMC com relação a essas adversidades que estão acontecendo.

Sérgio Benício questionou sobre quem seria o ordenador de tal despesa. Leonardo Randolph informou que, desde que o Conselho aprove este encaminhamento, o ordenador é a Fundação de Cultura. Aproveitou para dizer que esteve com o presidente da Fundação, Gilson Domingos, para conversar sobre esta proposta. Ele se mostrou favorável à idéia, considerando até que esta causa é maior do que quaisquer questões políticas. Sandra Vissotto perguntou se Leonardo Randolph não aproveitou para questioná-lo sobre o motivo de tais cortes. Leonardo respondeu que sim, e que fora informado por ele de que os repasses estaduais e federais destinados à área da saúde foram cortados.

Leonardo Randolph disse ainda que considera não ter havido planejamento da Fundação de Cultura com relação ao que poderia vir a acontecer e que se a mesma tivesse colocado o Conselho ciente de tais dificuldades, esta situação poderia ter sido evitada.

Leonardo Cerqueira pediu a palavra para explicar que os cortes dos repasses citados não aconteceram somente com Petrópolis, mas diversos outros municípios também foram atingidos com esta ação.

Pedro Troyack ponderou que, ao longo desses anos, o grupo de artistas que, há mais de oito anos, vêm sendo contemplados com os projetos bancados pela Fundação nunca procuraram ter um relacionamento estreito com a mesma e nem têm participado das assembleias do Conselho. Defende a idéia de que após todo este período, já era para esses grupos se patrocinarem, o que não ocorreu. Considera um contrasenso o Conselho agora ser o “salvador” desta situação. Leonardo Randolph concordou com as considerações de Pedro Troyack, porém acha que, no momento, o que deve ser pensado é no atendimento de centenas de pessoas que serão atingidas pela descontinuidade dos projetos que vêm sendo trabalhados há quase um ano.

Leonardo Cerqueira ponderou que é verdade que existe um parágrafo único no artigo trinta e dois do capítulo da Lei Municipal 6806/2010, que fala dos objetivos do Funcultura, em que é previsto o custeio pelo Fundo de projetos sem a publicação de editais, desde que devidamente aprovado pelo Conselho, porém não vê com bons olhos esta ação, pois poderá ser visto como uma abertura de precedentes em outras situações. Também atentou para o fato de que o Conselho, fazendo pagamento de despesa direta, estará ele substituindo o papel da Fundação de Cultura. Acha temeroso que, no próximo governo, isso venha a abrir porta para que esta atitude possa ser considerada padrão e que o Conselho venha passar a custear projetos que, na verdade, sejam da responsabilidade da própria Fundação. E, ademais, alguns contratos feitos entre as partes não podem, tecnicamente, serem custeados pelo Fundo. Teriam que ser feitos novos convênios que demandariam um tempo não mais disponível para tal. Além do mais, alguns dos monitores já avisaram aos seus alunos sobre o que vem acontecendo. Não acha pedagógico, de uma hora para outra, após terem sido devidamente informados, os alunos serem comunicados de que o projeto irá retornar.

Sandra Vissotto lembrou o fato de que esta proposta é a de passar uma parte da verba do Fundo aos projetos. No que se refere à viabilidade administrativa, sobre o que pode ou não fazer, não caberia ser discutido no momento, pois entende que cada caso é um caso que deve ser pensado de diferentes maneiras. Esclareceu que, de acordo com o que foi proposto por ela, sobre o “Viradão Cultural”, para sua realização não seriam envolvidos nem contratos e nem convênios: cada segmento seria o responsável por suas realizações e a verba seria dividida entre eles.

Leonardo Randolph interpretou que, dessa forma, seriam dois encaminhamentos à votação: o do custeio dos projetos cortados e o do “Viradão Cultural”. De qualquer modo, será necessária a discussão para concluir sobre o que é possível ser feito.

Pedro Troyack perguntou sobre quantos segmentos procuraram pela presidência do Conselho para falar sobre esta questão dos cortes, ao que lhe foi respondido que, embora não tenha tido muita repercussão na mídia, alguns grupos foram lhe procurar, como o do canto coral e o do

projeto Petrópolis em Serenata e Serenata Imperial. Pedro Troyack disse não ter ouvido nenhuma reclamação dos segmentos, e que, inclusive, o grupo do Serenata Imperial se prontificou em realizar o evento com seus próprios recursos. O Coral Municipal também cumprirá com sua agenda gratuitamente.

Leonardo Randolph disse que, sendo os conselheiros gestores culturais, não vê possibilidade de aceitar uma situação como esta apresentada.

Pedro Troyack também se manifestou contra a realização de um “Viradão Cultural”, visto que não considera o período natalino como propício a este tipo de ação. Também ponderou que, até o momento, absolutamente todos os projetos custeados pelo Fundo foram aprovados por meio de editais públicos, e que, com esta nova prática, a atitude política do Conselho é colocada em jogo.

Leonardo Randolph disse concordar com tudo que foi dito por Pedro Troyack, mas entende que o que está em questão é o problema cultural pelo qual a cidade está passando. E que, ademais, tal ação é prevista na Lei. Considera que o Conselho não pode estar, em um momento tão crítico como este, pensando somente em aprovar projetos via edital. Tanto sim que, se a Fundação tivesse os recursos que honrariam seus compromissos até o final, não traria um encaminhamento desses na plenária. Lembrou que o procedimento de aprovação de projetos via editais públicos serão e devem ser continuados, mas, o que está sendo encaminhado agora é a aprovação de que o Conselho intervenha nesta situação apresentada e que, sendo a proposta aprovada, a Comissão de Orçamento e Finanças se reúna com a Fundação para os procedimentos adequados.

Gabriel Weinem, que é seresteiro do Serenata Imperial, informou que os coordenadores do projeto avisaram aos seus integrantes sobre este corte das verbas, mas que, por uma questão de responsabilidade e compromisso com seus visitantes, se propuseram a realizar o evento mesmo sem o cachê. Foi ponderado por eles que seria uma falta de consideração para com os turistas que vêm à cidade para assistir ao evento, sem contar que seria uma vergonha para Petrópolis se, na última hora, não tivesse a apresentação.

Gabriela Falconi disse que vê com reserva esta ação do Conselho. Questionou se no próximo governo não irão colocar isso na conta do Fundo. Atentou para a fiscalização que o Conselho deve fazer no direcionamento da verba.

Leonardo Cerqueira levantou uma questão técnica, que seria a de que o Fundo não pode repassar verba à Fundação. Disse entender que são dois encaminhamentos diferentes a serem votados, sendo o segundo a idéia do “Viradão Cultural”, que vem solucionar a falta de tempo hábil para o lançamento de edital público.

Leonardo Randolph ponderou que, embora não se tenha mais tempo para os editais, não impede que o “pontapé” inicial possa ser dado. E que, realmente, são dois encaminhamentos diferentes a serem votados.

Leonardo Cerqueira encaminhou outra proposta, que seria a de custear o projeto Coral Integração de 500 Vozes, visto que a Fundação vem tentando buscar recursos externos para viabilização do evento. Afirmou, mais uma vez, que a FCTP não vê com bons olhos o custeio pelo Fundo dos projetos culturais que são da alçada da Fundação.

Leonardo Randolph abriu a palavra para a defesa contrária e a favor do custeio, pelo Fundo, dos projetos cortados.

Pedro Troyack começou sua defesa, dizendo ter ficado triste e constrangido de informar a todos sobre este corte, mas que é contrário à proposta, por achar que o Conselho irá assumir um papel que não é dele e sim da Fundação. E que esta atitude irá abrir precedentes de toda uma política estratégica do CMC. Além do mais, o Governo contratou estes projetos sem consultar o Conselho, portanto, eles não passaram pelo crivo e nem aprovação da assembleia.

Leonardo Randolph respondeu que, além desta ação estar prevista no Regimento Interno do Conselho, não se trata de julgar o mérito de cada um desses projetos, mas sim de combater um problema cultural da cidade, que afinal atinge a várias atividades que, de uma forma ou outra, vêm sendo desenvolvidas durante meses e que serão repentinamente interrompidas. Considera equivocada a atitude do Governo de não ter consultado o Conselho logo que o problema apareceu. Quanto à abertura de precedentes citada pelo conselheiro Leonardo Cerqueira, acha que o seu

próprio encaminhamento de arcar com despesas do Coral de 500 Vozes, que também é de responsabilidade do Governo, tem a mesma interpretação. Lembrou que o Conselho já até desaprovou o formato do projeto do Corredor Cultural, que já havia sido encaminhado pelo Governo à Câmara Municipal para aprovação; portanto, neste raciocínio, o Conselho também é Governo, só não é Executivo. O Conselho também tem responsabilidade pelo que vem acontecendo, responsabilidade esta que vai muito além de somente elaborar editais públicos.

Sendo assim, a proposta foi encaminhada à votação, quando foram contabilizados os seguintes votos: seis votos a favor, seis votos contra e uma abstenção, conforme registrado em documento anexado a esta ata. Tendo havido empate e, em conformidade com o Regimento Interno do CMC, coube ao presidente o voto de qualidade, que foi a favor da proposta, ficando assim aprovado o custeio pelo Funcultura dos projetos culturais que sofreram cortes do Governo.

Entrou-se em acordo de que a forma de pagamento aos instrutores será por meio de prestações de serviço, que serão detalhados posteriormente junto à Diretoria Administrativo-Financeira da Fundação.

O próximo encaminhamento foi feito por Sandra Vissotto, cuja proposta é a de distribuir aos segmentos cerca de oito mil reais para realização de um Festival de Verão, nos mesmos moldes do Viradão Cultural. Pedro Troyack questionou se existe previsão de verba para custear a estrutura do evento, como som, palco, luz etc. Leonardo Randolph lembrou que tais estruturas podem ser comuns a todos os segmentos, tendo somente um gasto. Leonardo Cerqueira disse que este formato de evento exige edital público. Gabriela Falconi disse que precisa ter atenção com esta divisão da verba, visto que, para alguns segmentos este valor é pouco e para outros é muito, de acordo com a natureza e necessidades de cada manifestação artística. Acha que este deve ser um evento divulgado como uma realização do Conselho Municipal de Cultura. Leonardo Randolph ponderou que o Conselho não é o órgão executor de eventos e sim a Fundação. E que a Comissão de Projetos Culturais deverá pensar muito bem sobre sua viabilização. Concorda com o Leonardo Cerqueira com relação ao seu formato que exige edital público. Pedro Troyack lembrou que, antes de tudo, o Conselho aprovou no Plano Municipal de Cultura um elenco de propostas a serem seguidas e priorizadas, e este projeto não está contemplado neste plano. Acha que o Conselho deve, sobretudo, zelar por este Plano, não devendo perder a lucidez e tranqüilidade em suas deliberações. Não acha que o Conselho deva criar propostas simplesmente para gastar dinheiro em caixa. Leonardo Cerqueira disse que muitas vezes os papéis da FCTP e do CMC se confundem com relação às suas ações nas políticas públicas, e deve-se ter muito cuidado para que o Conselho não vire uma Fundação de Cultura. Gabriela Falconi perguntou, caso seja este projeto aprovado, sobre quem cuidaria da logística do evento. Leonardo Cerqueira respondeu, sugerindo que, neste caso, se forme uma comissão mista entre a Fundação e o Conselho. Leonardo Randolph diz que essa comissão já existe, que é a Comissão Permanente de Projetos Culturais e que, por sinal, não funciona. Sandra Vissotto, diante das colocações, opinou por retirar o encaminhamento e sugeriu priorizar, pelo menos na pauta, a proposta “Plantão Cultural” constante no Plano, realizando-o via edital, talvez como um evento comemorativo pelo aniversário da cidade ou algo similar.

A seguir, foi feito novo encaminhamento pelo presidente, sugerido por Leonardo Cerqueira, relativo ao financiamento pelo Fundo do Coral Integração 500 Vozes, que, por ser um projeto relevante, merece atenção do Conselho. Leonardo Cerqueira chamou a atenção de que o que vai ser votado é o objeto e não o valor do custeio. Leonardo Randolph afirmou que o evento será realizado independente dos recursos do poder público. Informou que ele está agendado para o dia vinte e dois de dezembro, na Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Tem como necessidades básicas para sua realização a montagem da estrutura (praticáveis), distribuição de lanches aos coralistas, som e luz. Isso giraria em torno de quinze mil reais. Leonardo Cerqueira afirmou que o valor é mais alto, e que alcançaria uns vinte e cinco mil reais. Gabriela Falconi sugeriu que o Fundo arcasse somente com os gastos dos praticáveis, que são os de valor mais alto, pois assim caracterizaria como um suporte do Conselho ao projeto, preservando um numerário a ser contemplado por ele e que não o denigra. O praticável teria o valor de até sete mil, novecentos e noventa e nove reais, obedecendo a Lei de Licitação. Feito o encaminhamento, a votação teve o seguinte resultado: um voto contra e doze a

favor, de acordo com o registro anexado a esta ata. Portanto, aprovado o custeio pelo Fundo da estrutura a ser utilizada no projeto Coral Integração, no valor de até R\$ 7.999,99.

Ivo Mendes encaminhou a proposta para o Fundo destinar três mil reais ao evento comemorativo ao Dia Nacional do Samba, cobrindo despesas como sonorização e divulgação por meio de filipetas. Explicou que anteriormente solicitou apoio à Fundação, que informou não possuir verba para tal. O evento contará com a participação do cantor André Campanha e a presença da Escola de Samba Império Serrano, e também será realizada uma roda de samba. Ivo Mendes solicitou que o Conselho apoiasse, com este financiamento, a luta pela melhoria do carnaval na cidade. Leonardo Randolpho apoiou a idéia, pois esta seria uma forma de estreitar mais o relacionamento do Conselho com o segmento, visto que este vem estabelecendo um diálogo com a classe, discutindo os critérios a serem estabelecidos para destinação de recursos públicos aos eventos carnavalescos na cidade no ano que vem. Pedro Troyack também apoiou a idéia, lembrando que o Governo vem fazendo intervenções em comunidades quilombolas, para que estas sejam valorizadas. Vê, portanto, com bons olhos esta aproximação do Conselho junto ao segmento, apoiando-o neste evento comemorativo ao Dia Nacional do Samba. Foi feito o encaminhamento de destinar três mil reais da conta Fundo ao evento, desde que o mesmo tenha ingresso aberto e que o Conselho apareça como seu apoiador no material de divulgação. O encaminhamento foi aprovado por unanimidade, conforme registro de votação anexado à ata.

Leonardo Randolpho iniciou novo assunto, referente ao projeto Corredor Cultural, informando que o vereador Vadinho, conforme consta em ata da sessão plenária da Câmara Municipal, considerou prudente a reivindicação do Conselho de estudar melhor o formato do projeto. Disse que espera que seja realizada uma reunião com os vereadores e com o presidente da Câmara, para que o Conselho vá à Casa explicar melhor o projeto. A proposta foi aceita pelo presidente da Câmara, vereador Paulo Igor, e a reunião foi agendada para o dia quatro de dezembro, às quatorze horas, na sala de reuniões da Câmara. Sergio Benicio observou que fora indicado pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo para compor o Comitê Pró-Corredor Cultural, mas que fora convocado em apenas uma ou duas reuniões, o que considera que foi uma armadilha todo este processo de urgência para aprovação na Câmara. Leonardo Randolpho relatou que, diante da polêmica que envolveu a decisão de vetar o formato do projeto, enviou nota oficial à imprensa e optou por não mais conceder entrevistas sobre o assunto, evitando assim mais discussões.

Concluindo, o presidente informou que, no tocante às deliberações desta assembléia, fará divulgação à imprensa.

Débora Lattouf solicitou a palavra para apresentar moção de repúdio ao que fora escrito por Neiva Voigt, por uma rede social, a seu respeito. Fez a leitura do que foi publicado por ela, referente ao que Neiva chamou de “quebra de acordo feito com o segmento da dança da cidade”, “alugando” o Theatro D. Pedro, por cinco dias, para o espetáculo de dança de Cristine Pires. Débora alegou que não há provas das acusações publicadas, e considerou falta de respeito colocar o seu nome no texto. Neiva Voigt retrucou, dizendo que esta decisão poderia ter sido comunicada anteriormente com o segmento, evitando assim estes desentendimentos. Leonardo Randolpho disse que o Conselho se colocou contra a decisão tomada pela Fundação, e que o segmento de dança naturalmente está chateado com tudo isso. Além do mais, todo cidadão é livre para dizer o que pensa; porém, não é adequado trazer este assunto ao Conselho. Gabriela Falconi se manifestou, enquanto membro da Comissão de Ética do Conselho, dizendo que tal situação é inaceitável, pois é desnecessária a exposição de nomes de pessoas que, afinal, são públicas e que fazem parte de um conselho cultural, nas redes sociais, fazendo ainda por cima estes tipos de colocações. E que assuntos como estes devem ser resolvidos pessoalmente, e não publicamente. Leonardo Cerqueira complementou dizendo que, casos como estes, os nomes pessoais não devem ser citados; nesta situação, quem leva o ônus é a Fundação de Cultura, e nunca um funcionário da mesma. Débora Lattouf solicitou a Neiva Voigt que não usasse mais a rede social como ferramenta para resolver estes problemas. Leonardo Randolpho pediu à Neiva que pedisse desculpas em público, porém entende que o Conselho não deve comprar esta briga institucional. Neiva Voigt concordou em pedir desculpas publicamente.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada por mim, Maria Luísa Rocha Melo, a presente ata, assinada juntamente com o presidente do CMC, Sr. Leonardo Randolpho Pires.

Petrópolis, 26 de novembro de 2012.

Maria Luísa Rocha Melo
1ª Secretária

Leonardo Randolpho Pires
Presidente